



**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ESTATUTO ORGÂNICO DO
ISCED-CABINDA À LUZ DA GESTÃO EDUCACIONAL NO ESPAÇO
LUSÓFONO: tensões entre a Regulação Transnacional e as Especificidades
Nacionais**

**UNIVERSITY EXTENSION IN THE ORGANIC STATUTE OF ISCED-CABINDA:
navigating Transnational Regulation and National Specificities within Lusophone
Educational Governance**

**LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN EL ESTATUTO ORGÁNICO DEL ISCED-
CABINDA A LA LUZ DE LA GESTIÓN EDUCATIVA EN EL ESPACIO
LUSÓFONO: tensiones entre la Regulación Transnacional y las Especificidades
Nacionales**

Francisco António Macongo Chocolate¹ 0000-0001-8977-3015
Dinis Óscar Bueia² 0009-0002-9704-954x

¹ Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda), Cabinda-Angola,
e-mail: frachocolate@gmail.com

² Complexo Escolar Privado Jardim do Édem, Cabinda-Angola, e-mail:
dinisbueia55@gmail.com

RESUMO

O presente estudo analisa o tratamento da Extensão Universitária no Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda, tomando como referência o Decreto Presidencial n.º 30/22, de 28 de Janeiro, e situando essa análise no quadro mais amplo da gestão educacional no espaço lusófono, marcado por tensões entre regulação transnacional e especificidades nacionais. O objecto da investigação consiste na identificação, interpretação e avaliação dos dispositivos estatutários que disciplinam a extensão universitária, buscando compreender em que medida dialogam com tendências internacionais e com a realidade sociopolítica e institucional angolana. Para atingir esse propósito, recorreram-se à análise documental e à pesquisa bibliográfica, complementadas por uma análise SWOT, que permitiu caracterizar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da extensão no ISCED-Cabinda.



Os resultados demonstram que, embora o Estatuto reconheça a extensão como dimensão estruturante da missão universitária, persistem dispositivos que conferem prevalência ao ensino e à pesquisa, relegando a extensão a um papel secundário. Evidenciou-se também que o ISCED-Cabinda possui autonomia para formular planos, programas e projectos, podendo adoptar modelos assistencialistas ou não assistencialistas, e que as acções de extensão podem gerar receitas institucionais. O estudo contribui para o debate lusófono sobre políticas de gestão da extensão, ao evidenciar como marcos normativos angolanos se harmonizam - ou entram em tensão - com orientações internacionais, oferecendo subsídios para futuras reformas estatutárias e para o fortalecimento da articulação entre universidade, comunidade e desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Estatuto Orgânico; ISCED-Cabinda; Gestão Educacional Lusófona; Regulação Transnacional.

ABSTRACT

This study examines the treatment of University Extension within the Organic Statute of ISCED-Cabinda, as established by Presidential Decree No. 30/22 of 28 January, situating the analysis in the broader framework of educational management in the Lusophone space, marked by tensions between transnational regulation and national specificities. The research aims to identify, interpret, and assess the statutory provisions that regulate extension activities, analysing their alignment with international policy trends and the sociopolitical and institutional context of Angola. Methodologically, the study employed documentary analysis, bibliographical research, and a SWOT analysis to characterise the strengths, weaknesses, opportunities, and threats of extension practices at ISCED-Cabinda. Findings indicate that, although the Statute formally recognises extension as a core university function, it privileges teaching and research, relegating extension to a secondary role. The results also show that ISCED-Cabinda has the autonomy to design its own plans, programmes, and projects, adopting either assistentialist or non-assistentialist models, and that extension actions may generate institutional revenue. The study contributes to ongoing debates on higher education management in the Lusophone world by highlighting how Angolan regulatory frameworks converge—and at times diverge—from transnational orientations, offering insights for statutory reform and for strengthening the relationship between the university, the community, and regional development.

Keywords: University Extension; Organic Statute; ISCED-Cabinda; Lusophone Educational Management; Transnational Regulation.

RESUMEN

El presente estudio analiza el tratamiento de la Extensión Universitaria en el Estatuto Orgánico del ISCED-Cabinda, tomando como referencia el Decreto Presidencial n.º 30/22, de 28 de enero, y situando dicho análisis en el marco más amplio de la gestión educativa en el espacio lusófono, marcado por tensiones entre la regulación transnacional y las especificidades nacionales. El objeto de la investigación consiste en la identificación, interpretación y evaluación de los dispositivos estatutarios que regulan la extensión universitaria, con el fin de comprender en qué medida dialogan con las tendencias internacionales y con la realidad sociopolítica e institucional angoleña. Para alcanzar este propósito, se recurrió al análisis documental y a la investigación bibliográfica, complementadas con un análisis FODA, que permitió caracterizar las fortalezas, debilidades, oportunidades y amenazas de la extensión en el ISCED-Cabinda. Los resultados demuestran que, aunque el Estatuto reconoce la extensión como una dimensión estructurante de la misión universitaria, persisten dispositivos que otorgan prevalencia a la enseñanza y a la investigación, relegando la extensión a un papel secundario. Asimismo, se evidenció que el ISCED-Cabinda posee autonomía para formular planes, programas y proyectos, pudiendo adoptar modelos asistencialistas o no asistencialistas, y que las acciones de extensión pueden generar ingresos institucionales. El estudio contribuye al debate lusófono sobre las políticas de gestión de la extensión, al evidenciar cómo los marcos normativos angoleños se armonizan —o entran en tensión— con las orientaciones internacionales, ofreciendo insumos para futuras reformas estatutarias y para el fortalecimiento de la articulación entre universidad, comunidad y desarrollo regional.

Palabras clave: Extensión Universitaria; Estatuto Orgánico; ISCED-Cabinda; Gestión Educativa Lusófona; Regulación Transnacional.

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de reflexões desenvolvidas no âmbito da terceira dimensão universitária - a Extensão Universitária - entendida como um dos pilares fundamentais da missão das Instituições de Ensino Superior (IES), ao lado do ensino e da investigação científica. O estudo propõe identificar, analisar e interpretar os dispositivos legais que fazem referência explícita à Extensão Universitária no Estatuto Orgânico do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda), aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 30/22, de 28 de janeiro.

Paralelamente, procura compreender o contexto institucional da Extensão Universitária no ISCED-Cabinda à luz da gestão educacional no espaço lusófono, recorrendo à análise SWOT como instrumento de diagnóstico estratégico. Parte-se do entendimento de que, diferentemente do ensino e da investigação, a extensão universitária tem sido historicamente relegada para um plano secundário, carecendo de processos sistemáticos de análise, avaliação e institucionalização (Brás, 2017; Manuel, 2018).

No contexto lusófono, marcado por influências de organismos internacionais e por políticas educacionais alinhadas com modelos de regulação transnacional, observa-se uma tensão permanente entre normativas globais e especificidades nacionais, sobretudo no que respeita à função social da universidade (Antunes, 2011; Stoer & Magalhães, 2005). A extensão universitária surge, neste cenário, como um espaço privilegiado de diálogo entre universidade e sociedade, contribuindo para a afirmação da responsabilidade social das IES.

Conforme salientam Fernandes (2011) e Brás (2018), a extensão universitária proporciona a estudantes e docentes o contacto com diferentes realidades sociais, fomentando uma leitura crítica dos problemas socioeconómicos e culturais do país. Assim, a sua valorização e institucionalização revelam-se indispensáveis para o fortalecimento da universidade pública enquanto agente de transformação social.

METODOLOGIA

A presente investigação insere-se no paradigma qualitativo, de natureza descritiva e interpretativa, visando compreender os significados e os limites atribuídos à extensão universitária no quadro normativo e institucional do ISCED-Cabinda (Minayo, 2014). Trata-se de um estudo exploratório-analítico, baseado predominantemente na análise documental do

Decreto Presidencial n.º 30/22, de 28 de janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda, incidindo sobre os artigos que abordam explicitamente a extensão universitária, com o propósito de identificar a sua intencionalidade normativa e o lugar que ocupa na missão institucional da universidade (Cellard, 2008; Bardin, 2016).

Complementarmente, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, que permitiu sustentar teoricamente a análise crítica da extensão universitária, da gestão educacional e das políticas de ensino superior no espaço lusófono, com base em autores como Marconi e Lakatos, Silva e Silva, Ima-Panzo, Fernandes, Chocolate, Bueia, Brás, Nogueira, Santos e Antunes. Para compreender o contexto institucional, utilizou-se a análise SWOT como ferramenta de diagnóstico estratégico, sustentada na observação participante dos autores, enquanto docente e estudante do ISCED-Cabinda, possibilitando captar dinâmicas institucionais que não se encontram evidenciadas nos documentos oficiais (Minayo, 2014; Flick, 2009). A articulação entre a análise documental, a pesquisa bibliográfica e a análise SWOT permitiu desenvolver uma leitura integrada, crítica e contextualizada da extensão universitária no ISCED-Cabinda.

BASE TEÓRICA

Compreensão, Emergência e Evolução da Extensão Universitária

A polissemia do termo *extensão universitária* tem contribuído para dificuldades na sua compreensão e operacionalização, uma vez que, conforme destaca Ima-Panzo (2018), o conceito associa-se semanticamente às ideias de expansão, ampliação e interação. Neste estudo, a extensão universitária é entendida como a atuação das Instituições de Ensino Superior para além dos seus espaços tradicionais, promovendo uma relação dialógica, crítica e transformadora com a comunidade. Esta perspetiva é reforçada por Chocolate e Brás (2018), ao definirem a extensão como expressão do compromisso social da universidade, mediante a articulação entre ensino e investigação. Na mesma linha, Nogueira (2013) concebe a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico indissociável das demais funções universitárias, capaz de promover uma relação efetivamente transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão universitária surgiu em meados do século XIX, na Alemanha, como resposta às transformações sociais, económicas e culturais decorrentes da Revolução Industrial. Nesse contexto, as universidades passaram a aproximar o conhecimento académico

das necessidades da população, procurando mitigar as desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo industrial (Gurgel, 1986; Chocolate & Brás, 2018; Valois, 2000). Posteriormente, esse movimento expandiu-se para outros países europeus, assumindo diferentes configurações em função das especificidades de cada contexto nacional.

Nos Estados Unidos, a extensão universitária desenvolveu-se sob uma lógica pragmática, caracterizada pela articulação entre universidade, setor produtivo e empresariado, sobretudo por meio das *land-grant universities*, orientando-se para a aplicação do conhecimento científico ao desenvolvimento económico e tecnológico (Nogueira, 2001; Santos, 2005).

No Brasil, a extensão foi institucionalizada a partir da década de 1930, sob influência do modelo europeu, passando por sucessivas ressignificações até consolidar-se como processo educativo, cultural e científico indissociável do ensino e da pesquisa (FORPROEX, 2012; Nogueira, 2013). Bueia (2025) assinala a coexistência dos modelos assistencialista, difusionista e dialógico, ainda presentes nas práticas contemporâneas das Instituições de Ensino Superior angolanas.

No espaço lusófono, a extensão universitária enfrenta desafios adicionais decorrentes da adoção de modelos de gestão orientados por indicadores de desempenho que privilegiam o ensino e a produção científica em detrimento da dimensão social da universidade (Antunes, 2011; Stoer & Magalhães, 2005). Neste sentido, compreender a extensão universitária no contexto angolano implica reconhecê-la como dimensão estruturante da missão universitária, essencial para a democratização do conhecimento e para o desenvolvimento social.

Em Angola, a extensão universitária encontra-se ainda numa fase de consolidação institucional, sendo frequentemente considerada o eixo mais frágil da missão universitária. Persistem dificuldades conceptuais, institucionais e operacionais na conceção e implementação de projetos extensionistas, resultantes de desafios históricos e estruturais do ensino superior no país (Brás, 2018). Ainda assim, experiências desenvolvidas por instituições como a Faculdade de Direito da Universidade Lueji A'Nkonde e a Escola Superior Pedagógica do Bengo demonstram o potencial da extensão universitária para fortalecer a relação entre universidade e sociedade, mesmo em contextos adversos (Ima-Panzo, 2018).

Diretrizes da Extensão Universitária

As ações de extensão universitária, dada a sua diversidade e complexidade, devem orientar-se por princípios que assegurem a sua coerência pedagógica, científica e social, evitando que se configurem como práticas isoladas ou meramente assistencialistas. Nesse sentido, a extensão deve constituir um processo educativo sistemático, articulado com o ensino e a investigação (Nogueira, 2013; Santos, 2005).

Silva, Silva e Brito (2016) identificam quatro princípios fundamentais das práticas extensionistas, amplamente reconhecidos em documentos orientadores, como os do FORPROEX (2012): (i) Interação Dialógica; (ii) Indissociabilidade entre Ensino, Investigação e Extensão; (iii) Impacto e Transformação Social; e (iv) Impacto na Formação dos Estudantes e na Instituição.

A Interação Dialógica fundamenta-se na construção partilhada do conhecimento, mediante o diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários, superando abordagens unidirecionais (Freire, 1996; Santos, 2005). A Indissociabilidade reafirma a necessidade de integração orgânica da extensão com o ensino e a investigação, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a relevância social da produção científica (Nogueira, 2013; Lima, 2012). O princípio do Impacto e da Transformação Social evidencia o compromisso da extensão com a resposta às necessidades concretas das comunidades e com a promoção do desenvolvimento local (Santos, 2005). Por sua vez, o Impacto na Formação e na Instituição destaca o contributo da extensão para o desenvolvimento de competências académicas, profissionais e sociais dos estudantes, bem como para o fortalecimento da identidade social das Instituições de Ensino Superior (FORPROEX, 2012; Brás, 2019).

Em síntese, as diretrizes da extensão universitária compreendem: (i) a interação dialógica na construção do conhecimento; (ii) a indissociabilidade entre ensino, investigação e extensão; (iii) a produção de impactos sociais positivos; e (iv) o fortalecimento da formação dos estudantes e da própria instituição. Dessa forma, a extensão universitária afirma-se como um eixo estratégico da missão universitária e da responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior.

Extensão Universitária, Gestão Educacional e Regulação no Espaço Lusófono

No espaço lusófono, a extensão universitária tem sido fortemente influenciada por modelos de gestão educacional associados a processos de regulação transnacional, impulsionados por organismos internacionais e por agendas globais centradas na qualidade, na eficiência e no desempenho (Dale, 2004; Antunes, 2011). Esses modelos tendem a privilegiar indicadores relacionados com o ensino e a produção científica, relegando frequentemente a dimensão extensionista para um plano secundário. Segundo Stoer e Magalhães (2005), tais dinâmicas regulatórias contribuem para a redefinição das prioridades institucionais das universidades, condicionando a extensão universitária a um papel periférico no planeamento estratégico.

Antunes (2011) acrescenta que a crescente ênfase na eficiência, na avaliação por resultados e na competitividade académica tem limitado a valorização institucional da extensão universitária, sobretudo em contextos marcados por fragilidades estruturais e financeiras. Nos países africanos de língua portuguesa, esses constrangimentos são agravados pelas especificidades sociais, económicas e culturais, que exigem uma atuação universitária fortemente comprometida com o desenvolvimento local e a inclusão social (Santos, 2005).

Nesse contexto, a gestão educacional assume um papel central na criação de condições institucionais favoráveis à consolidação da extensão universitária, por meio da implementação de políticas internas, de mecanismos de reconhecimento académico e da integração efetiva da extensão nos processos de avaliação institucional. Assim, a afirmação da extensão universitária no espaço lusófono depende da capacidade das Instituições de Ensino Superior para equilibrar as exigências regulatórias com a sua missão social, reafirmando a extensão como eixo estratégico da universidade contemporânea.

Extensão Universitária em Cabinda

As práticas de extensão universitária em Cabinda estão associadas ao processo de institucionalização do Centro Universitário de Cabinda (CUC), período em que começaram a surgir iniciativas pontuais de docentes voltadas para a aproximação entre a universidade e a comunidade local. Embora desprovidas de sistematização institucional, essas ações constituíram os primeiros passos da extensão universitária na província. Historicamente, a sua génese remonta ao período em que os cursos superiores existentes dependiam

academicamente da Universidade Agostinho Neto, por intermédio da Universidade 11 de Novembro.

Nesse contexto, as atividades extensionistas desenvolveram-se sobretudo a partir da iniciativa dos docentes, refletindo mais o compromisso social individual do que a existência de políticas institucionais consolidadas (Chocolate & Brás, 2018). Entre as iniciativas desse período, destaca-se o projeto *Café com Letras*, idealizado pelo Professor Doutor José Manuel Sita Gomes, então Chefe do Departamento de Ciências da Educação do ISCED-Cabinda. O projeto constituiu um marco simbólico da extensão universitária na província ao promover espaços de debate, reflexão crítica e interação cultural entre a academia e a sociedade (Chocolate et al., 2018).

A análise dessas experiências evidencia que os docentes universitários foram os principais precursores da extensão universitária em Cabinda, num contexto em que a legislação vigente não reconhecia a extensão como função obrigatória da carreira docente, mas apenas como atividade complementar (Ima-Panzo, 2018). Tal enquadramento normativo contribuiu para a fraca institucionalização da extensão universitária, realidade que reflete um padrão mais amplo do ensino superior angolano e lusófono, historicamente marcado pela centralidade do ensino e da investigação científica em detrimento da dimensão extensionista (Santos, 2005; Brás, 2018).

Apesar dessas limitações, as experiências desenvolvidas em Cabinda demonstram que a extensão universitária pode afirmar-se como uma prática socialmente relevante, mesmo em contextos institucionais desfavoráveis. Conforme defendem Nogueira (2013) e Lima (2012), a sua consolidação depende do compromisso dos atores institucionais e da construção de uma cultura académica orientada para a transformação social. No ISCED-Cabinda, a extensão universitária emerge, assim, como um espaço estratégico de mediação entre a instituição e a comunidade, embora permaneça fragilizada no plano da gestão universitária, em virtude da ausência de estruturas próprias, mecanismos de avaliação e formas de reconhecimento académico.

Contexto da Extensão Universitária no ISCED-Cabinda

Para compreender o contexto da extensão universitária no ISCED-Cabinda, recorreu-se à análise SWOT, instrumento que permite identificar os pontos fortes e fracos por meio da

análise interna, bem como as oportunidades e ameaças a partir da análise do ambiente externo (Günther, 2010; Chiavenato, 2014). Complementarmente, considerou-se a experiência dos autores enquanto docente e estudante da instituição, possibilitando uma leitura contextualizada da realidade local. A análise revelou o panorama apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Análise SWOT do contexto da Extensão Universitária no ISCED-Cabinda

Domínios	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Extensão	Existência de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Única instituição de formação de professores em nível superior na província; Corpo docente com múltiplas formações académicas; Apoio concedido pelas instâncias superiores.	Dissociação entre os três pilares universitários na actuação docente; Desconhecimento da extensão universitária por parte dos discentes e docentes; Exclusão da extensão universitária no processo de avaliação do desempenho docente; Ausência de pesquisas específicas na área; Inexistência de comissões de projectos de extensão universitária; Limitações na infra-estrutura institucional
	Oportunidades	Ameaças
	Escassez de projectos de extensão desenvolvidos por outras IES na província, permitindo liderança do ISCED-Cabinda neste campo. Potencial para parcerias com instituições públicas e privadas locais.	Fragilidade na relação entre a instituição e a comunidade local; Riscos de desvalorização da extensão em políticas institucionais futuras.

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A análise evidencia que, apesar de o ISCED-Cabinda possuir potencial significativo para desenvolver a extensão universitária, persistem fragilidades estruturais e organizacionais que limitam o pleno exercício dessa dimensão. Conforme destacam Silva, Silva e Brito (2016), a extensão universitária apenas cumpre plenamente o seu papel social quando integrada de forma efetiva ao ensino e à investigação científica, com participação ativa de docentes e estudantes e mediante avaliação sistemática dos projetos desenvolvidos.

Nesse sentido, a consolidação da extensão universitária no ISCED-Cabinda dependerá da implementação de ações estratégicas que incluam a criação de comissões permanentes, o incentivo à investigação na área da extensão e o fortalecimento da relação institucional com a comunidade, alinhando-se às boas práticas internacionais (Gurgel, 1986; Valois, 2000; Bueia, 2025), de modo a assegurar uma atuação universitária socialmente comprometida, sustentável e orientada para a transformação da realidade local.

Identificação, Análise e Interpretação da Extensão Universitária no Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda

Neste tópico, procura-se identificar, analisar e interpretar a presença explícita da extensão universitária no Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda, com o objetivo de compreender o lugar que esta dimensão ocupa no quadro normativo da instituição. A análise documental permitiu constatar que o Estatuto faz referência reiterada à extensão universitária, nomeadamente nos artigos 2.º, 5.º, 7.º, 31.º, 36.º, 39.º, 40.º e 45.º. A leitura sistemática desses dispositivos evidencia que o documento reconhece formalmente a extensão universitária como dimensão estruturante da missão institucional, posicionando-a, no plano normativo, ao lado do ensino e da investigação científica.

Importa destacar a objetividade do legislador ao utilizar expressamente o termo «extensão universitária» em diversos artigos. Contudo, merece crítica a utilização de expressões alternativas para designar a relação entre a instituição e a comunidade, como ocorre no artigo 7.º, alínea b), por poder diluir a centralidade conceptual da extensão universitária enquanto eixo específico da vida académica.

Na persecução dos objectivos deste estudo, dirigimos inicialmente a atenção ao artigo 2.º do Estatuto Orgânico, que define a missão do ISCED-Cabinda nos seguintes termos: “Desenvolver actividades de formação académica e profissional de alto nível, da investigação científica e da extensão universitária, nas áreas das Ciências da Educação.” A análise deste dispositivo permite inferir que o legislador atribui explicitamente ao ISCED-Cabinda a responsabilidade de desenvolver actividades voltadas à extensão universitária, reafirmando a sua condição de pilar constitutivo da missão institucional. Tal entendimento corrobora a posição de diversos autores que defendem a extensão universitária como responsabilidade indissociável das Instituições de Ensino Superior (Silva; Silva; Brito, 2016; Nogueira, 2013).

Em seguida, procede-se à análise do artigo 5.º, que trata das atribuições da instituição. De acordo com a alínea e do referido artigo, compete ao ISCED-Cabinda: “Realizar a extensão universitária, numa perspectiva de prestação de serviço à comunidade, de valorização recíproca e de apoio ao desenvolvimento.” Este dispositivo revela a coexistência de diferentes concepções de extensão universitária. Ao caracterizá-la como prestação de serviços à comunidade, o legislador aproxima-se de um modelo assistencialista, no qual o conhecimento é transferido unilateralmente da universidade para a sociedade.

Tal perspectiva é criticada por Fraga (2017) e Depicri et al. (2010), que alertam para os limites de práticas extensionistas que desconsideram a socialização e a coprodução do conhecimento (apud BUEIA, 2025). Por outro lado, ao mencionar a valorização recíproca e o apoio ao desenvolvimento, o legislador também sinaliza para um modelo dialógico, baseado na interação horizontal entre universidade e comunidade. No âmbito da análise do artigo 7.º, que versa sobre a autonomia institucional, observa-se que o ISCED-Cabinda goza de autonomia científica, pedagógica, cultural, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. No domínio da autonomia científica e pedagógica, compete à instituição, entre outros aspectos:

- a) Definir os seus objectivos nos domínios pedagógico, científico e da extensão universitária;
- b) Elaborar planos, programas e projectos de desenvolvimento nos domínios da formação, da investigação científica e da extensão universitária.

Essas disposições conferem ao ISCED-Cabinda plena autonomia para definir objectivos, bem como para elaborar e implementar planos, programas e projectos de extensão universitária, reforçando a sua capacidade institucional de intervenção social.

De acordo com o artigo 31.º do Estatuto, compete ao Departamento de Investigação Científica, Inovação, Empreendedorismo e Pós-Graduação, sob tutela da Vice-Presidência para a Área Científica e Pós-Graduação, entre outras atribuições descritas nas suas alíneas: j) Estabelecer estratégias para promover a participação dos estudantes em projectos de extensão; o) Apoiar iniciativas de empreendedorismo de natureza académica, científica e de extensão no processo de ensino-aprendizagem; r) Propor e gerir programas de extensão e de prestação de serviços.

A partir dessas atribuições, observa-se que aos estudantes cabe, formalmente, a participação em actividades de extensão universitária. Contudo, entende-se que tal participação não deve restringir-se às iniciativas institucionais, podendo os estudantes, por intermédio da Associação de Estudantes e de outras formas de organização, desenvolver acções extensionistas próprias. Nota-se, ainda, que a responsabilidade pela proposição, gestão e dinamização dos programas de extensão universitária recai sobre a Vice-Presidência para a Área Científica e Pós-Graduação, por meio do referido departamento.

Na sequência da análise, destaca-se o artigo 36.º, que define as atribuições do Departamento de Gestão da Qualidade, órgão responsável pela gestão e avaliação dos procedimentos institucionais. Entre as suas competências, incluem-se:

- b) Propor processos de garantia da qualidade para o ensino, a investigação e a extensão universitária;
- g) Propor processos e procedimentos que visem melhorar e garantir a qualidade do ensino, da investigação e da extensão universitária.

Essas disposições evidenciam que a extensão universitária está formalmente integrada aos processos de garantia e melhoria da qualidade institucional. Tal integração reforça a necessidade de avaliação sistemática das actividades extensionistas, uma vez que a proposição de melhorias pressupõe o conhecimento crítico da realidade avaliada.

No que concerne ao artigo 39.º, que trata da definição e estrutura dos Departamentos de Ensino e Investigação Científica (DEI), estabelece-se que estes são serviços executivos permanentes vocacionados ao ensino, à investigação científica e à extensão universitária. Assim, os DEI - equivalentes às Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação Científica - possuem competência formal para desenvolver actividades extensionistas. A autonomia que lhes é conferida cria condições institucionais para a concepção e implementação de planos, programas e projectos voltados à terceira dimensão universitária, conforme reforçado pelo artigo 40.º, nas suas alíneas g, h e j. Nesse sentido, Bueia (2025) sublinha a necessidade de repensar e fortalecer a realização de actividades extensionistas no âmbito do Departamento de Letras e Ciências Sociais, Secção de História, do ISCED-Cabinda.

Por fim, o artigo 45.º do Estatuto Orgânico prevê que a instituição poderá receber verbas resultantes de contratos de prestação de serviços nos domínios do ensino, da investigação e da extensão universitária. Tal disposição permite inferir que as actividades extensionistas são concebidas também como potenciais fontes de receita institucional, o que introduz uma dimensão económico-financeira na compreensão da extensão universitária no ISCED-Cabinda.

Em síntese, a análise do Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda revela um reconhecimento normativo consistente da extensão universitária. Todavia, como será aprofundado na análise crítica subsequente, persistem desafios relacionados à sua operacionalização, visibilidade institucional e integração efectiva na gestão universitária.

Um Olhar Crítico sobre o Decreto em Estudo

Neste ponto, procura-se problematizar os vazios normativos identificados no Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda, com especial atenção ao tratamento assimétrico conferido pelo legislador aos pilares que sustentam a missão universitária. A análise demonstra que, embora o documento reconheça formalmente a extensão universitária como uma dimensão estruturante da instituição, esta não recebe o mesmo grau de normatização, institucionalização e valorização atribuído ao ensino e à investigação científica.

Essa assimetria torna-se particularmente evidente na análise do artigo 34.º, que define as competências do Departamento de Recursos Humanos e Ação Social. Nos termos da alínea v), compete a esse órgão «propor um sistema de reconhecimento do mérito académico e científico dos estudantes». A redação evidencia uma valorização explícita das dimensões académica e científica, omitindo qualquer referência ao mérito decorrente da participação dos estudantes em atividades de extensão universitária.

Esse silêncio normativo suscita uma questão central para a gestão educacional: qual é o lugar institucional reservado aos estudantes que se destacam no desenvolvimento de atividades extensionistas? Conforme assinalam Nogueira (2013) e Santos (2005), a inexistência de mecanismos formais de reconhecimento tende a desestimular a participação estudantil, reforçando a posição periférica da extensão universitária no contexto académico.

A parcialidade no tratamento dos pilares universitários torna-se ainda mais evidente quando se observa a estrutura de governança prevista no Estatuto Orgânico. As decisões relacionadas ao ensino são apreciadas e deliberadas por um órgão colegial próprio - o Conselho Pedagógico (artigo 27.º) -, enquanto a investigação científica conta com o Conselho Científico (artigo 24.º). Todavia, não se verifica a previsão de um órgão colegial específico para a extensão universitária, responsável por apreciar, emitir pareceres e aprovar políticas, programas e projectos extensionistas.

Essa lacuna institucional confirma as análises de Brás (2018), ao afirmar que os estatutos orgânicos das Instituições de Ensino Superior, no contexto angolano e lusófono, tendem a relegar a extensão universitária a um lugar de baixa visibilidade na trilogia académica. De forma semelhante, Afonso (2009) argumenta que os modelos contemporâneos de gestão universitária, fortemente influenciados por lógicas de regulação e avaliação, privilegiam dimensões mais facilmente mensuráveis, como o ensino e a produção científica, em detrimento de práticas de natureza social e comunitária.

No âmbito da regulação transnacional das políticas de ensino superior, Dale (2004) e Antunes (2011) assinalam que os processos de governança universitária tendem a reproduzir modelos internacionais que enfatizam desempenho académico, rankings e produtividade científica, criando constrangimentos adicionais à institucionalização da extensão universitária. Nesse sentido, a ausência de um órgão colegial próprio para a extensão no ISCED-Cabinda pode ser interpretada como reflexo dessas dinâmicas globais, que tensionam as especificidades nacionais e locais.

Diante dos pressupostos apresentados, entende-se que o posicionamento do legislador pode contribuir negativamente para o desenvolvimento da extensão universitária no ISCED-Cabinda. A inexistência de estruturas deliberativas específicas fragiliza a gestão dessa dimensão e limita a sua integração efectiva na vida académica. Conforme defendem Lima (2012) e Santos (2005), a criação de instâncias colegiais próprias constitui um factor decisivo para a consolidação de políticas institucionais de extensão universitária.

Do mesmo modo, a ausência de sistemas de reconhecimento do mérito extensionista compromete a motivação estudantil e dificulta a construção de uma cultura académica socialmente comprometida. O reconhecimento institucional dos estudantes que se destacam na extensão universitária não apenas valoriza o seu engajamento, como também fortalece a indissociabilidade entre ensino, investigação e extensão, princípio amplamente defendido no campo da educação superior (Nogueira, 2013; Brás, 2019).

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a extensão universitária no ISCED-Cabinda a partir da interpretação do Decreto Presidencial n.º 30/22, de 28 de janeiro, complementada pela análise SWOT do contexto institucional. Os resultados demonstram que o Estatuto Orgânico reconhece formalmente a extensão universitária como uma das dimensões da missão institucional, fazendo-lhe referência explícita em diversos dispositivos. Todavia, a utilização de expressões alternativas para designar a relação entre a instituição e a comunidade pode gerar ambiguidades conceptuais e operacionais.

Verificou-se que o ISCED-Cabinda dispõe de autonomia para desenvolver atividades de extensão universitária sob a supervisão da Vice-Presidência para a Área Científica e Pós-Graduação, podendo adotar diferentes modelos de intervenção e, inclusive, gerar receitas

institucionais. Contudo, a ausência de mecanismos sistemáticos de avaliação, de estruturas colegiais próprias e de formas de reconhecimento académico limita a visibilidade e o impacto da extensão universitária. Nesse sentido, ressalta-se a importância da avaliação sistemática das atividades extensionistas como condição indispensável ao seu aperfeiçoamento contínuo.

À luz da gestão educacional no espaço lusófono, observa-se que a tensão entre os processos de regulação transnacional e as especificidades nacionais influencia o papel atribuído à extensão universitária nas Instituições de Ensino Superior. Enquanto as agendas globais tendem a privilegiar o ensino e a investigação científica, a realidade local exige práticas comprometidas com as necessidades sociais, económicas e culturais das comunidades. A consolidação da extensão universitária depende, portanto, da implementação de políticas institucionais consistentes e do fortalecimento de uma cultura académica que reconheça o seu potencial transformador.

Conclui-se que, apesar do reconhecimento normativo, a extensão universitária permanece institucionalmente fragilizada quando comparada ao ensino e à investigação científica. Essa assimetria contribui para a reduzida visibilidade da extensão no âmbito da tríade universitária. Impõe-se, por conseguinte, a adoção de políticas institucionais mais consistentes que promovam a sua efetiva integração na gestão universitária e no projeto académico do ISCED-Cabinda, reforçando o seu papel na promoção do desenvolvimento social e da responsabilidade pública da universidade no contexto angolano.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo: Cortez, 2009.

ANGOLA. **Presidência da República**. Decreto Presidencial n.º 30/22, de 28 de janeiro de 2022. Aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda. *Diário da República da República de Angola*, I Série, n. 19, p. 1063, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://lex.ao/docs/presidente-da-republica/2022/decreto-presidencial-n-o-30-22-de-28-de-janeiro/>. Acesso em: 12 mar. 2025.

ANTUNES, F. Políticas educativas nacionais e globalização: novas instituições e processos educativos. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n. 35, p. 7-25, 2011. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC35/ESC35_FatimaAntunes.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRÁS, C. A. **Extensão universitária em Angola: desafios e perspectivas**. Luanda: Mayamba, 2018.

BRÁS, C. A. **Extensão universitária nas instituições de ensino superior públicas em Angola: políticas de institucionalização e processos de gestão na Escola Superior Pedagógica do Bengo e Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Luanda, 2019.

BRÁS, C. A. **O papel da escola na formação para cidadania em Angola**. 1. ed. Luanda: ECO7, 2018.

BUEIA, D. Ó. **Percepções dos docentes de História do ISCED-Cabinda sobre a extensão universitária e sua implicação na preservação da identidade cultural dos jovens: estudo de caso no bairro Cabassango**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências da Educação – Opção Ensino de História) – Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda, Cabinda, 2025.

CHOCOLATE, A. F. M.; BRÁS, C. A. Políticas e ações de extensão universitária na Universidade 11 de Novembro. In: **Conferência Internacional Sobre Extensão Universitária em Angola**, 1., 2018, Bengo. *Anais...* Bengo: Escola Superior Pedagógica do Bengo, 2018.

CELLARD, A. A. análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIAVENATO, I. **Administração estratégica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação? **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003>.

FERNANDES, F. **Universidade e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GURGEL, R. M. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

IMA-PANZO, J. B. A extensão universitária em Angola: desafios e perspectivas. **Revista Angolana de Ciências da Educação**, Luanda, v. 3, n. 2, p. 45-62, 2018.

LIMA, E. A. de. Extensão universitária e formação acadêmica: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 3, n. 1, p. 23-31, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1043>. Acesso em: 14 out. 2025.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MANUEL, A. **Ensino superior em Angola: desafios da gestão e da qualidade**. Luanda: Texto Editores, 2018.

MANUEL, J. Extensão universitária e políticas de ensino superior em Angola. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 39, p. 97-112, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6435>. Acesso em: 24 set. 2025.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NOGUEIRA, M. das D. **Extensão universitária: conceitos, diretrizes e práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, M. das G; SILVA, A. L; BRITO, M. do C. Extensão universitária e formação acadêmica. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 7, n. 2, p. 45-58, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/6202>. Acesso em: 2 ago. 2025.

STOER, S. R.; MAGALHÃES, A. M. **A diferença somos nós: a gestão da mudança social e as políticas educativas**. Porto: Afrontamento, 2005.

VALOIS, M. C. **Universidade e sociedade: a extensão universitária em debate**. Campinas: Autores Associados, 2000.

Histórico Editorial

Submetido: 14 de março de 2026.

Publicado: 01 de agosto de 2026.

Minicurrículo

Francisco António Macongo Chocolate

Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil (2016). Mestre em Psicologia Educacional pelo Centro Universitário FIEO (UNIFIEO), Osasco, São Paulo, Brasil (2011). Licenciado em Psicologia Educacional pela Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola (2007). Docente do Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda),

na categoria de Professor Auxiliar, atuando na Licenciatura e no Mestrado. Exerce atualmente a função de Chefe do Centro de Investigação Científica e de Desenvolvimento do ISCED-Cabinda, Cabinda, Angola.

Grupo de pesquisa: Centro de Investigação Científica e de Desenvolvimento do ISCED-Cabinda; Rede Internacional de Pesquisa Pontes Lusófonas.

Contribuição de autoria: Concepção, enquadramento metodológico, análise documental, revisão e redação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8977-3015>

Dinis Óscar Bueia

Licenciado em Ciências da Educação, opção Ensino da História, pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda (ISCED-Cabinda), Cabinda, Angola. Membro da Comissão de Projetos de Extensão Universitária do Departamento de Letras e Ciências Sociais do ISCED-Cabinda. Participa do Projeto Aprendizagem para Todos (PAT) como aplicador na Província de Cabinda, Angola.

Grupo de pesquisa: Comissão de Projetos de Extensão Universitária do Departamento de Letras e Ciências Sociais do ISCED-Cabinda.

Contribuição de autoria: Concepção, enquadramento teórico e redação.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9704-954x>

COMO REFERENCIAR – ABNT

CHOCOLATE, F. A. M.; BUEIA, D. Ó. A Extensão Universitária no Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda à Luz da Gestão Educacional no Espaço Lusófono: Tensões entre a Regulação Transnacional e as Especificidades Nacionais. **Revista Exitus**, Santarém/PA, e026026, V. 16, n.1, 2026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3165>

COMO REFERENCIAR - APA

Chocolate, F. A. M., & Bueia, D. Ó. (2025). A Extensão Universitária no Estatuto Orgânico do ISCED-Cabinda à Luz da Gestão Educacional no Espaço Lusófono: Tensões entre a Regulação Transnacional e as Especificidades Nacionais. *Revista Exitus*, 16, e026026. <https://doi.org/10.24065/re.v16i1.3165>

Licença de Uso

Licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista.